

07/12/2006

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.351-3 DISTRITO FEDERAL

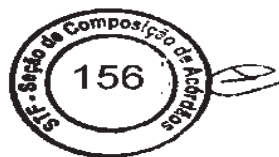
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQUERENTE : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B E
OUTROS
ADVOGADO : PAULO MACHADO GUIMARAES E OUTROS
REQUERENTE : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADVOGADO : RONALDO JORGE ARAUJO VIEIRA JUNIOR E OUTRO
REQUERIDO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
REQUERIDO : CONGRESSO NACIONAL
INTERESSADO(A/S) : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
ADVOGADO(A/S) : CESAR SILVESTRI FILHO E OUTRO

PARTIDO POLÍTICO - FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR - PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA - FUNDO PARTIDÁRIO. Surge conflitante com a Constituição Federal lei que, em face da gradação de votos obtidos por partido político, afasta o funcionamento parlamentar e reduz, substancialmente, o tempo de propaganda partidária gratuita e a participação no rateio do Fundo Partidário.

NORMATIZAÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE - VÁCUO. Ante a declaração de inconstitucionalidade de leis, incumbe atentar para a inconveniência do vácuo normativo, projetando-se, no tempo, a vigência de preceito transitório, isso visando a aguardar nova atuação das Casas do Congresso Nacional.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, em julgar procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995: artigo 13; a expressão "obedecendo aos seguintes critérios", contida na cabeça do artigo 41; incisos I e II do mesmo artigo 41; artigo



ADI 1.351 / DF

48; a expressão "que atenda ao disposto no art. 13", contida na cabeça do artigo 49, com redução de texto; cabeça dos artigos 56 e 57, com interpretação que elimina de tais dispositivos as limitações temporais neles constantes, até que sobrevenha disposição legislativa a respeito; e a expressão "no art. 13", constante no inciso II do artigo 57. Também por unanimidade, em julgar improcedente a ação no que se refere ao inciso II do artigo 56. Votou a Presidente, ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, o ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 7 de dezembro de 2006.

MARCO AURÉLIO

-

RELATOR